

**Procedimento concursal comum para ocupação de 2 postos de trabalho na categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**

**Código da Oferta na BEP - OE202106/0315**

**Ref. 01/2021 – Área de Planeamento da Divisão de Planeamento Estratégico e Territorial, do Departamento de Estratégia**

A Prova de Conhecimentos será escrita, realizar-se-á individualmente, com uma duração de 90 minutos, com tolerância de 10 minutos.

Será composta por 2 grupos de questões:

- Grupo I – 4 questões de escolha múltipla ou de resposta direta (1 valor cada)
- Grupo II – 4 questões de desenvolvimento (4 valores cada)

Bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas de suporte:

- Lei n.º 35/2014, de 20/6 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas):  
[https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/117652694/201901140000/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?\\_LegislacaoConsolidada\\_WAR\\_drefrontofficeportlet\\_rp=indice](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/117652694/201901140000/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice)
- Lei n.º 66-B/2007, de 28/12, (Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública): [https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/122053025/201212310000/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?\\_LegislacaoConsolidada\\_WAR\\_drefrontofficeportlet\\_rp=indice](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/122053025/201212310000/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice)
- Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4/9, (adaptação aos serviços da administração autárquica do sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública):  
<https://dre.pt/application/file/a/489341>
- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio: [https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/105297982/view?p\\_p\\_state=maximized](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/105297982/view?p_p_state=maximized)

- Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação: [https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34567875/view?p\\_p\\_state=maximized](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34567875/view?p_p_state=maximized)
- Regime Jurídico da Reabilitação Urbana - Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação: [https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34511675/view?p\\_p\\_state=maximized](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34511675/view?p_p_state=maximized)
- Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto (Classificação e Qualificação do Solo): [https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/70055492/details/normal?p\\_p\\_auth=OCglw4Eq](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/70055492/details/normal?p_p_auth=OCglw4Eq)
- Decreto-Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro (Conceitos Técnicos nos domínios do Ordenamento do Território e do Urbanismo): [https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/125009062/details/normal?p\\_p\\_auth=OCglw4Eq](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/125009062/details/normal?p_p_auth=OCglw4Eq)
- PDM Go - Boas Práticas para os Planos Diretores Municipais, dezembro 2020, Direção-Geral do Território, 2020: <https://www.dgterritorio.gov.pt/PDM-GO-Boas-Praticas-para-os-Planos-Diretores-Municipais>
- Guias Orientadores - Revisão do PDM, Plano de Urbanização; Plano de Pormenor, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, 2019: [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3304&Itemid=861](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3304&Itemid=861)
- O Ordenamento na Resposta às Alterações Climáticas: Contributos para os PDM, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, 2019: <http://www.ccdr-lvt.pt/files/e85da0b52d3e72c3a6aa739bf8b8fc997d87f83c.pdf>
- Plano Diretor Municipal de Torres Vedras; Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2007, de 26 de fevereiro: <http://www.cm-tvedras.pt/ordenamento/ambito-municipal/pdm/pdm-em-vigor/pdm-enquadramento/>

Durante a realização da prova de conhecimentos é permitida apenas a consulta da legislação, sem anotações, devendo os/as candidatos/as interessados/as em fazer uso desta faculdade trazer cópia da mesma.